Moção Específica - Por um rendimento básico incondicional e LIVRE

Apresentada na VI Congresso do LIVRE - Lisboa, 20 de janeiro de 2018

Proponentes: Ana Raposo Marques, Ângela Lacerda Nobre, Glória Franco, João Vasco Gama, Jorge Pinto, Lídia Martins, Luísa Álvares Maria Teresa Leitão, Miguel Dias, Nuno Rolo, Renato Marques

Pensar o futuro a médio e longo prazo exige que se questionem alguns dos aspetos considerados como imutáveis no presente. Atualmente, excluindo as pequenas elites que podem viver graças a rendas e rendimentos, a grande maioria da população em Portugal e no planeta está dependente de um emprego de modo a obter um rendimento. Em tempos de urgência social e ecológica, a dependência de ter (ou procurar ativamente) um emprego de modo a obter um rendimento deve ser posta à prova por duas razões principais. Em primeiro lugar, tal emprego pode simplesmente não existir ou vir a desaparecer - em particular como consequência da evolução tecnológica - e, em segundo lugar, pode contribuir para o produtivismo e extrativismo nos quais a economia se apoia, aumentando ainda mais a pressão sobre o planeta.

A questão do emprego é, no entanto, bastante complexa. Aos olhos da sociedade, desempenhar um trabalho de forma remunerada é não só visto como importante como até essencial. Isto independentemente da vontade do indivíduo em desempenhar esse trabalho e, até, independentemente do valor que esse trabalho acrescentará à sociedade. Num modelo económico baseado no crescimento económico e dele dependente para garantir novos empregos e diversas pensões e subsídios públicos, o emprego remunerado parece pois ser condição obrigatória.

É, no entanto, esta ideia que queremos pôr à prova. Um futuro mais sustentável - em todas as dimensões do termo - deve, em paralelo com outras medidas estruturais (tais como a redução substancial do horário laboral), assegurar um rendimento para todos. Não como medida assistencialista, mas sim como medida de justiça. Pela forma como sociedade atual se organiza, o acesso ao rendimento por parte das pessoas deve ser encarado como um direito humano. Assim, defendemos um rendimento básico incondicional e LIVRE, assente nos seguintes princípios:

Progressista: qualquer proposta de RBI deve ser apresentada não como substituto do estado social mas sim como seu complemento e reforço. Se é verdade que alguns defensores do RBI o fazem a partir de uma perspetiva economicamente liberal, o RBI que defendemos é claramente progressista e dificilmente equiparável com outras propostas

documento sujeito a votação

vindas desse campo ideológico. Defendemos portanto um RBI incondicional - sem condições no seu acesso e sem condições quanto à sua utilização - e com um montante que permita aos indivíduos a subsistência sem a necessidade de outras fontes de rendimento.

Emancipador: porque entendemos que o RBI é muito mais que uma medida contra a pobreza, defendemos o seu caráter emancipador e igualitário. Na sua universalidade e individualidade, o RBI que defendemos dará aos indivíduos mais liberdade para viverem as suas vidas do modo que desejam. Sem a pressão da necessidade extrema de participar no mercado de trabalho, os indivíduos poderão desempenhar as atividades que mais os realizem, dando assim um contributo acrescido à sociedade. A nossa visão de RBI permitiria que aqueles que não querem um determinado emprego o possam abandonar, dando assim espaço àqueles que o possam desejar.

Ecologista: qualquer modelo de RBI que apoiemos terá que ser ecologicamente sustentável. A relação entre um rendimento e sustentabilidade ecológica não é direta nem fácil - do modo como a economia global está atualmente estruturada, quanto maior o rendimento maior, em média, o impacto ambiental, devido à tendência para um consumismo excessivo. O RBI pode ser ecologista de várias maneiras. Desde logo, através das suas formas de financiamento: taxas pela utilização dos recursos comuns (das florestas à banda do espectro utilizado nas comunicações), impostos sobre as atividades poluentes ou ainda taxas sobre as transferências de cripto-moedas (responsáveis por um enorme impacto ambiental). Em segundo lugar, um RBI de valor adequado fomentaria o abandono do mercado de trabalho remunerado - seja na esfera do Estado, seja na esfera do Mercado - reforçando assim a esfera autónoma (familiar e cooperativa) que, das três, é a que menor impacto ambiental representa.

Feminista: um rendimento básico incondicional e LIVRE será forçosamente feminista. Sendo individual e não dependendo da constituição do agregado familiar, o RBI que propomos permitiria a emancipação feminina, quebrando o vínculo que demasiadas vezes prende as mulheres em relações indesejadas. Feminista também no modo como pretende tornar a sociedade e a economia mais igualitárias, opondo-se assim de forma clara e inequívoca ao patriarcado que relega as mulheres para posições secundárias.

Os proponentes desta moção incitam o LIVRE a posicionar-se na discussão em torno do RBI,reforçando a afirmação como um partido favorável à implementação deste instrumento de pré-distribuição, que deve ser encarado como um contributo progressista para um futuro melhor. Apelamos a que o LIVRE participe ativamente em conferências, grupos de

documento sujeito a votação

discussão no seio de sindicatos, associações, movimentos ou outras vias, onde se debata a implantação de um RBI. Simultaneamente, solicitamos que o partido comece a fomentar a discussão interna sobre um Rendimento Básico Incondicional a nível europeu, podendo, para esse efeito, criar pontes com associações ou movimentos de outros países europeus ou transnacionais.

documento sujeito a votação